
RELAÇÕES DE TRABALHO E GESTÃO DE PESSOAS: ENTRE O MACRO E O MICRO? PROVOCAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS

DOI: 10.5700/rege424

ARTIGO – GESTÃO DE PESSOAS EM ORGANIZAÇÕES

Antonio Carvalho Neto

Coordenador e Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Administração da PUC-Minas – Belo Horizonte-MG, Brasil
Coordenador do NERHURT. Coordenador da Divisão GPR/Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho da ANPAD
E-mail: carvalhoneto@pucminas.br

RESUMO

O objetivo deste artigo é provocar a discussão sobre nossas escolhas epistemológicas à luz do debate sobre o primado do macro ou do micro na metodologia das pesquisas nos campos das Relações de Trabalho (RT) e da Gestão de Pessoas (GP). Grosso modo, o campo de RT é identificado com um olhar macro, enquanto o da GP identifica-se com o micro. Autores de RT centram sua análise na força dos contextos como determinantes dos fenômenos, enquanto autores de GP trabalham com a noção de contexto condicionante. O artigo faz exercícios com temas de RT e de GP para problematizar o que é micro ou macro, associando esses dois campos respectivamente à polarização entre: subjetivismo versus objetivismo; irracionalismo versus racionalismo; ação do indivíduo versus estrutura; volição do indivíduo versus não volição; contexto condicionante (individualismo metodológico) versus contexto determinante (coletivismo metodológico). Discute-se a contribuição do marxismo e do positivismo, e situa-se a escola frankfurtiana entre esses dois extremos. As contribuições desses grandes campos podem ter relevância para os lados que primam tanto pelo macro quanto pelo micro, se houver alguma possibilidade de conversa epistemológica de maneira desarmada e com um mínimo de preconceitos.

Palavras-chave: Relações de Trabalho, Gestão de Pessoas, Escolhas Epistemológicas, Micro e Macro, Marxismo, Positivismo, Escola de Frankfurt.

WORK PLACE RELATIONS AND PERSONNEL MANAGEMENT: BETWEEN THE MICRO AND MACRO? EPISTEMOLOGICAL PROVOCATIONS

ABSTRACT

The purpose of this article is to promote discussion about our epistemological choices in view of the debate over macro or micro analysis in the fields of study of Workplace Relations (WR) and Personnel Management (PM). The WR field is commonly identified with a macro analysis, while the PM is identified with the micro analysis. WR focuses on contexts as determinants, while PM focuses on contexts as conditioners. The article has exercises with themes of WR and PM to discuss micro or macro associating these two fields respectively to the polarization between subjectivism versus objectivism; irrationalism versus rationalism; individual action versus structure; individual volition versus non volition and conditioning context (methodological individualism) versus determinant context (methodological collectivism). The contributions of Marxism, Positivism and the Frankfurt School are discussed and their contributions may be relevant to the macro and the micro approaches, if an epistemological conversation is possible with a minimum of prejudice.

Key words: *Industrial Relations, Personnel Management, Epistemological Choices, Micro and Macro, Marxism, Positivism, Frankfurt School.*

RELACIONES DE TRABAJO Y GESTIÓN DE PERSONAS: ¿ENTRE EL MACRO Y EL MICRO? PROVOCACIONES EPISTEMOLÓGICAS

RESUMEN

El objetivo de este artículo es provocar la discusión sobre nuestras elecciones epistemológicas a la luz del debate sobre la predominancia del macro o del micro en la metodología de las investigaciones en los campos de las Relaciones de Trabajo (RT) y de la Gestión de Personas (GP). De manera general, el campo de RT se identifica con una mirada macro, mientras el de la GP se identifica con el micro. Autores de RT centralizan su análisis en la fuerza de los contextos como determinantes de los fenómenos, mientras autores de GP trabajan con la noción de contexto condicionante. El artículo hace ejercicios con temas de RT y de GP para cuestionar lo que es micro o macro, relacionando esos dos campos respectivamente a la oposición entre: subjetivismo versus objetivismo; irracionalismo versus racionalismo; acción del individuo versus estructura; volición del individuo versus no volición; contexto condicionante (individualismo metodológico) versus contexto determinante (colectivismo metodológico). Se discute la contribución del marxismo y del positivismo, y se sitúa a la escuela frankfurtiana entre esos dos extremos. Las contribuciones de esos grandes campos pueden tener relevancia para los lados que sobresalen tanto por el macro como por el micro, si existe alguna posibilidad de conversación epistemológica de manera desarmada y con un mínimo de prejuicios.

Palabras-clave: *Relaciones de Trabajo, Gestión de Personas, Elecciones Epistemológicas, Micro y Macro, Marxismo, Positivismo, Escuela de Frankfurt.*

1. INTRODUÇÃO

A grande questão metodológica da discussão do primado do macro ou do micro na metodologia das pesquisas é um dos principais problemas não resolvidos nas Ciências Humanas (ELSTER, 1989), menos ainda nas ciências sociais aplicadas, como a nossa Administração. Longe, portanto, qualquer pretensão deste artigo nesse sentido. O objetivo aqui é problematizar, provocar a discussão sobre nossas escolhas epistemológicas no campo das Relações de Trabalho (RT) e da Gestão de Pessoas (GP).

Grosso modo, o campo de RT é identificado com um olhar macro (temáticas como as relações entre os atores sociais coletivos e análise de perfis do mercado de trabalho são exemplos), enquanto o campo de GP é visto sob o primado do micro (por exemplo, em temáticas como a ação do indivíduo e a relação com outros indivíduos quanto à carreira e à liderança). Mais ainda, muitos autores de RT centram sua análise na força dos contextos, que determinam muitos fenômenos, enquanto muitos autores de GP trabalham com a noção de contexto condicionante, mas não determinante.

Pelo arrazoado acima, já se percebe quão difícil é rotular. Qualquer tentativa de tipologia esbarra numa variada gama de inconsistências. Tomemos como exemplo a temática da carreira, tradicionalmente de GP. Qualquer carreira pode ser vista de uma perspectiva micro ou macro. Na perspectiva micro, o indivíduo é o maior responsável por sua própria carreira, por sua empregabilidade, num contexto condicionante do ambiente de negócios que estimula e recompensa esse tipo de atitude (HALL, 1996). Já na perspectiva macro, as novas carreiras no modelo proteano, por exemplo, dos condenados a vencer, podem ser vistas num contexto agora determinante, no qual não há lugar para seguir carreira que não seja baseada no comprometimento absoluto com a empresa, na entrega até do espaço privado à organização (GAULEJAC, 2007).

Fazendo o mesmo exercício, agora utilizando a teoria das RT, a teoria dunlopiana trabalha com a ideia de que os contextos externos tecnológico, político e econômico, no nível macro, são

determinantes na forma que tomam as regras produzidas pelos atores sociais no interior do sistema (DUNLOP, 1993). A revisão crítica mais marcante da obra de Dunlop foi feita por Kochan, Katz e McKersie (1986), que desenvolveram um modelo hierárquico de sistemas de RT no qual se consideram os contextos externos condicionantes, e não determinantes; nesse modelo, as escolhas estratégicas e os valores dos empregadores americanos, dos líderes sindicais e dos assalariados, portanto de dentro do sistema de RT, a partir da parte "micro" do sistema, é que se constituem no elemento motor do sistema de RT.

A ideia central que norteia este artigo é a de que qualquer opção metodológica tem validade e relevância, desde que apresente consistência e coerência. Ignorar seja o todo ou a parte, seja a (super-) estrutura ou o indivíduo, na análise de fenômenos complexos como são os das ciências sociais, é um equívoco. Se a explicação de um fenômeno parte da opção metodológica pelo individual, isso não significa que se despreza o contexto macro. O que vai importar aí é a vivência do contexto. Se a explicação parte do macro, se dá o oposto. Não há dúvida de que o contexto é condicionante de muita coisa; o que se discute é se ele é ou não determinante.

Por trás da abordagem que prima pelo macro ou pelo micro, pelo contexto determinante ou pelo contexto condicionante, estão interesses cognitivos associados a essas posições, que informam a discussão. Por trás da polêmica macro *versus* micro está a grande polêmica entre a centralidade da totalidade na análise, mais presente na tradição do pensamento marxista, e a centralidade da parte, do núcleo constituído por unidades atômicas discretas, reivindicada pelas correntes positivistas. Passamos a discutir em seguida essa grande polêmica, que está na raiz da escolha pelo macro ou pelo micro.

2. ENTRE O MACRO E O MICRO, ENTRE O TODO E A PARTE

A velha dialética grega trazia o gosto pelo debate, pela contraposição de teses, de ideias, pelas contradições. A arte do discurso, verdadeira ginástica do espírito, como a qualificava Aristóteles, era um poderoso instrumento da racionalidade. Ainda no mundo greco-helênico, o

viés retórico, o gosto platônico pela dissimulação dos pensamentos e pela profusão de argumentos, sobrepôs-se ao viés lógico aristotélico. Em razão disso, nos fins do Renascimento, a dialética sofreu fortes críticas de Montaigne e Descartes. Kant, Locke e Hume também criticam muito a dialética grega, esse desvio retórico.

A dialética grega, na modernidade, é associada à razão por Hegel e à economia por Marx. Ao associar a dialética ao método hipotético-dedutivo, Marx lhe confere o *status* de método científico.

Hegel instituiu uma dialética dominada pela lógica. Introduz um pressuposto dogmático como ponto de partida da cadeia de raciocínio. As quatro características da dialética hegeliana (contradição, ação recíproca, mediação e negação da negação) constroem as ideias, que só existem, no universo hegeliano, encadeadas, se não estiverem isoladas. Para Hegel, a dialética é todo o processo (HEGEL, 1995). O dialético é o momento da negação. Aí já podemos ver a opção pela totalidade na análise. Para a fenomenologia hegeliana, o verdadeiro é o todo.

Para muitos críticos, Hegel empobrece a dialética grega, ficando só com a lógica pura, perdendo todo o resto, eliminando a diferença, instaurando o império do uno e indivisível. Kierkegaard insurge-se contra a mediação hegeliana, que, segundo ele, ao racionalizar tudo, apaga o trágico da existência. Schopenhauer recomenda aos hegelianos a leitura de Platão, para que estes possam voltar os olhos para o que jamais passa...

Marx parte de Hegel. Os estágios hegelianos de tese, antítese e síntese, ou, de maneira equivalente, posição, negação da posição e negação da negação, estão presentes na dialética marxista. Quando, por exemplo, Marx (1978) discute consumo e produção, cada qual sendo imediatamente seu contrário, a unidade dos opostos hegeliana está claramente referendada aqui. A redução hegeliana do diverso ao uno também está presente em Marx. No entanto, Hegel quer a dialética como método para criar a metafísica, enquanto Marx associa a dialética à economia. Hegel, que morreu em 1831, passou dez anos de sua vida num seminário luterano, e manteve em sua obra uma relação com o absoluto,

com o espírito (daí também sua dedicação à metafísica), diferentemente de Marx, com seu materialismo dialético, que rompeu com essa tradição.

Ao associar a dialética ao método hipotético-dedutivo, Marx lhe confere o *status* de método científico, trabalhando com hipóteses: a essência, o princípio, corresponde ao modo de produção capitalista em sua forma pura; a conjectura corresponde à postulação da economia mercantil simples. Marx inspira-se na lógica hegeliana para deduzir as principais categorias econômicas umas das outras.

Segundo Elster (1989), a maior contribuição metodológica de Marx foi transformar a análise da história em ferramenta de precisão para o estudo da mudança social. Como salientam Levine, Sober e Wright (1989), a metodologia marxista dialética é considerada uma boa metodologia científica, mas a peculiaridade do marxismo é substantiva, e não metodológica.

Marx foi um pioneiro no estudo das contradições sociais (ELSTER, 1989). Para Levine, Sober e Wright (1989), o que há de mais valioso e distintivo na tradição marxista são as teses substantivas sobre a visão de mundo do filósofo alemão. Marx apresentou de maneira inédita as relações das Ciências Humanas, enquanto aparelhos ideológicos, com o desenvolvimento socioeconômico, trazendo à tona a não neutralidade do pesquisador (CHABROL, 1974).

O marxismo é um projeto de transformação, um dever-ser. Como método analítico, desenvolve dois corpos autônomos: o materialismo histórico e a economia política. A dedução em Marx é hipotética, categórica, muitas vezes nomológica. Ao estabelecer “leis” econômicas, que sem dúvida se constituíram em grande contribuição à Economia, o marxismo resvala no dogmatismo, não problematizando como a velha dialética grega.

O materialismo dialético marxista trata a ordem mundial enfatizando as contradições e o conflito, considerando as relações entre jogadores movidas pelas diferenças de poder entre eles. Para Marx, em oposição ao pensamento liberal, que ele considera liberalismo ingênuo (ou cínico), os jogadores não começam o jogo em igualdade de

condições. A proposta metodológica original do materialismo histórico de pensar as relações econômicas e de poder de acordo com as relações entre as superestruturas e as infraestruturas não chegou a ser feita pelos pensadores marxistas, segundo Cox (1986).

Ao estabelecer o automatismo ou a dependência da vontade reformadora, Marx abre caminho para a redução do diverso ao uno em muitos pensadores marxistas, principalmente numa época em que o marxismo foi transformado em ideologia estatal, oficial e inquestionável dos impérios soviético e chinês. Essa mistura de proposta metodológica com ideologia oficial vigorou durante as cerca de sete décadas de uma ordem mundial baseada na bipolaridade ideológica, que interessava aos EUA que fosse mantida, como nota Hobsbawn (1995). Essa mescla não podia fazer bem ao materialismo dialético, que se reduziu ao maniqueísmo da luta de classes, alçando-se à condição de doutrina, de dogma.

Não se quer dizer que o mesmo não aconteceu com as doutrinas das elites monarquistas e depois burguesas que têm estado no poder há séculos. Afinal, o liberalismo, por exemplo, sempre se valeu do positivismo para se legitimar enquanto verdade inquestionável. O mesmo positivismo serviu de esteio à teoria neorealista, centrada na disputa interestatal pelo poder político-militar (GILPIN, 1987). Nos EUA, por exemplo, durante a Guerra Fria, Morgenthau e depois Henry Kissinger viviam entre as cátedras acadêmicas e a Secretaria de Estado norte-americana, implantando na prática e ao mesmo tempo desenvolvendo na academia sua teoria neorealista, que manteve a bipolaridade ideológica do mundo “livre” *versus* a então URSS e o bloco socialista.

Fugindo da polarização entre o marxismo e o positivismo, situa-se a Escola de Frankfurt. No final da década de 1920 foi criado na Alemanha o Instituto de Pesquisa Social (Institut für Sozialforschung–ISF), vinculado à Universidade de Frankfurt. O objetivo inicial era o conhecimento e a compreensão da vida social em sua totalidade. Desde o início, foram intensas as tentativas de integração do pensamento de Freud com o de Marx. Chabrol (1974:14) enfatiza a possibilidade radicalmente nova para as Ciências

Humanas aberta por Marx e Freud, a síntese buscada inicialmente pela Escola de Frankfurt:

[...] a [possibilidade] de uma tomada de consciência voluntária da determinação da atividade científica ao social, não somente ao nível das idéias e da tradição filosófica, mas também e fundamentalmente ao nível da ação, da práxis.

Um dos motivos para essa aproximação entre os legados de Marx e Freud, para esta releitura frankfurtiana, foi buscar compreender por que, durante a grande depressão dos anos 1930 – e contrariando as previsões de Marx –, a classe operária pensou e agiu contra seus próprios interesses. Nesse contexto, a psicanálise é chamada para ajudar na explicação do apoio, considerado irracional, da classe operária alemã ao nazismo (VILELA; CARVALHO NETO; LOPES, 2008).

Nessa linha de investigação, em 1936, Horkheimer (que foi o segundo e mais influente diretor do ISF) publica, a partir de uma pesquisa empírica realizada em associação com Erik Fromm (à época também membro do ISF), os *Estudos sobre Autoridade e Família*, uma reflexão teórica que se constituiu em uma das bases para outro estudo, de maior sofisticação metodológica e consequência teórica – *A Personalidade Autoritária*. O contexto deste último trabalho é a década de 1940, já numa fase em que, com o pleno emprego nos Estados Unidos e com a sociedade da abundância no pós-2ª Guerra imediato, percebia-se a assimilação operária ao capitalismo (VILELA; CARVALHO NETO; LOPES, 2008).

A pergunta que motivava a investigação dos frankfurtianos nesse momento era: “como era possível que a maioria da população nos países industrializados do mundo pensasse e agisse num sentido favorável ao sistema que a oprime?”. Adorno e Horkheimer procuravam saber o porquê da livre escolha dos homens por seus próprios opressores e o porquê de a vítima se tornar perseguidora de si mesma. Para eles, Marx teria confundido dominação com exploração, e a dominação seria um fenômeno anterior, mais complexo e mais difícil de ser resolvido, pois, se a exploração econômica pode ter um fim, o desejo

de comandar e o de servir permanecem (VILELA; CARVALHO NETO; LOPES, 2008).

Para a produção de *A Personalidade Autoritária*, Adorno se uniu, no final da década de 1940, a psicólogos pesquisadores da Universidade de Berkeley (EUA), para um estudo empírico, guiado pela hipótese de que as convicções sociais, políticas e econômicas do indivíduo formam um padrão coerente e são a expressão de traços de camadas profundas de sua personalidade. A finalidade inicial do estudo era responder às seguintes perguntas: (1) Se existe um indivíduo potencialmente fascista, como ele é? (2) O que acontece para que pensamentos antidemocráticos se desenvolvam? (3) Quais são as forças constituintes dentro da pessoa? (4) Se essa pessoa existe, quão comum é sua existência em nossa sociedade? E (5), se ela existe, quais foram os determinantes para seu surgimento e qual será o curso de seu desenvolvimento? (VILELA; CARVALHO NETO; LOPES, 2008).

Essa aventura de Adorno é uma das riquíssimas contribuições dos frankfurtianos, que buscam fugir da polarização entre o macro e o micro, entre o qualitativo e o quantitativo, entre o marxismo e o positivismo/funcionalismo. É meta difícil, embora importantíssima para nossa discussão.

Invoca-se, a título de cautela, o entendimento do que pode ser o método, que costuma alçar-se aos páramos de doutrina científica, quando ele é apenas uma indicação do caminho a seguir na pesquisa científica. Outra não é a etimologia grega: *metà ton odón*, pelo caminho afora. É a invocação prévia de um movimento, de uma busca. Portanto, dizer que o método é uma ciência é inverter os termos da questão, usando o meio como se fosse o fim. O grego mostra, ainda, o segundo sentido de *odós*: marcha, viagem. O método é, por conseguinte, o caminho por onde se parte em viagem, o caminho mais próximo, mais adequado e aplicável ao objeto da pesquisa científica que se tenha em mira. Por isso, desde a Antiguidade se aconselha: comece a observar primeiro, tentando ao máximo livrar-se de visões preconcebidas; o método vem depois!

Essa cautela metodológica é explicitada por Piaget (1970:116), quando esse autor discute o estruturalismo:

[...] Em suma, o estruturalismo é um método e não uma doutrina, ou, na medida em que se torna doutrinária, conduz a uma multiplicidade de doutrinas. Enquanto método não pode ser ilimitado em suas aplicações (grifos do autor deste artigo) [...].

Como já salientado anteriormente, a grande polêmica entre a centralidade da totalidade na análise – o olhar macro de tradição marxista – e a centralidade das unidades atômicas discretas do positivismo permanece inconclusa. No extremo dessas posições estão o holismo radical e o atomismo. As categorias macrosociais, como o capitalismo e as relações de classe, não são redutíveis aos processos microsociais, nem por eles afetadas, segundo o holismo radical. O atomismo nega toda capacidade explicativa às relações entre indivíduos e entre entidades sociais; tudo é explicado a partir de uma perspectiva intraindivíduo (LEVINE *et al.*, 1989).

Elster (1989) aponta a necessidade de situar os microfundamentos no centro da teoria e da pesquisa marxistas. Levine *et al.* (1989) recolocam a questão, fugindo do radicalismo do individualismo metodológico de Elster. Para eles, elaborar os microfundamentos de explicações macrosociológicas não só aumenta a confiança nas teorias, como também as aprofunda. A descoberta de processos no nível micro, por meio dos quais se concretizam os fenômenos maiores, enriquece sem dúvida a compreensão teórica.

Na sua disputa com o marxismo, o estruturalismo, até certo ponto herdeiro de Weber e de Lévi-Strauss, também entra nessa polêmica. Muitos dos herdeiros desses dois gigantes, comparáveis em estatura a Marx e Durkheim, cabem no amplo espectro que se convencionou chamar de Escola de Frankfurt. Segundo a regra da imanência no estruturalismo, não se deve recorrer ao mundo exterior para explicar os elementos de um sistema. A explicação não estaria numa causalidade histórica que daria um peso exorbitante à ideia de historicidade, mas sim na estrutura, diante de nós. Se o historicismo, ao acentuar a mudança, esqueceu-se do “ontem eterno” weberiano, o estruturalismo, ao contrário, de tanto acentuar a permanência, esqueceu-se da mudança.

Esse velho – e ao mesmo tempo atualíssimo – debate prossigue, com vários enfoques e *nuances*,

novos e/ou revisitados, até os nossos dias. A polêmica entre Adorno e Popper, por exemplo, situa-se dentro dessa discussão. Adorno (1973), frankfurtiano de carteirinha, valoriza a ideia da totalidade na análise, enquanto Popper (1973) valoriza o primado do método hipotético-dedutivo, que pode confirmar ou não a verdade, que, portanto, seria sempre provisória.

Popper é tido por muitos como positivista, e há uma riquíssima polêmica dele com Adorno, em que Popper recusa enfaticamente esse rótulo. Kung (1987:128) o apresenta à luz de uma epistemologia que não tem nada do ranço positivista, a que Popper ficou exposto em razão de suas relações com o Círculo de Viena, de onde nasceu a Escola de Frankfurt. O título do capítulo III da parte A, “Razão ou Fé?”, de Kung (1987), é: *Contra o Racionalismo, mas pela Racionalidade*. Popper se intitula um racionalista crítico. Podemos ver como é difícil e vã a tarefa de rotular... Para nós, da Administração, faria bem, muito bem, diminuir a aversão a um funcionalismo, vertente sem dúvida do positivismo, visto de forma extremamente maniqueísta, que muitos sequer conhecem profundamente para criticar...

Voltando à polarização marxismo *versus* positivismo, outra grande polêmica metodológica que envolve o marxismo é o peso dos dados quantitativos, alçados à condição de meio por excelência pelos positivistas, em oposição à análise qualitativa. A diferença entre a metodologia positivista e o materialismo dialético, além da aceitação da realidade como dada, é a instauração da verdade matemática irrefutável. O positivismo considera a experiência não como um meio cognitivo auxiliar, mas como um meio por excelência, do qual a razão não poderia se evadir, para evitar “cavilações metafísicas”...

Em 1895, Durkheim já havia publicado seu tratado básico, *As Regras do Método Sociológico*. Em 1897, ele aplica seu método a um acontecimento, o suicídio, mostrando o social, a frequência estatística grupal estável, num acontecimento que parecia apenas depender de decisão individual ou referir-se à clientela desesperada da psicopatologia. Embora criticável quando passa a aplicar o método de “influência” matemática de modo dominante nas Ciências

Sociais, a criar “leis” (como, por exemplo, a taxa de suicídio é maior na cidade do que no campo), generalizando perigosamente ao determinar essas leis, que devem “governar” os fenômenos, e catalogando fatos aceitos como dados, o positivismo não é de forma alguma uma banalidade, como transparece muitas vezes em nossos debates acadêmicos na área da Administração. O positivismo trouxe importantes contribuições às Ciências Humanas, como a valorização da experiência, do teste, para confirmar a teoria.

O aspecto lógico-formal, matemático, rigoroso, muitas vezes exacerba o próprio objeto de pesquisa. Esse ranço positivista é uma persistência, na cultura ocidental, de certa formação cientificista, mais preocupada com o brilhantismo e rigor das demonstrações metodológicas do que com os achados e enriquecimentos da pesquisa.

Embora o materialismo dialético tenha o mérito de não dar esse peso excessivo à prova, ao teste, às verdades “matemáticas”, o chamado socialismo “científico” identifica os conflitos materiais no tempo e, por isso, abalança-se a prever e regular todos os conflitos futuros, num mundo que se torna cada vez mais tenso, complexo e incompatível com os dogmatismos de toda espécie, até mesmo positivistas, neopositivistas, etc.

Levine *et al.* (1989) muito bem se posicionam de forma conclusiva em relação à centralidade do macro ou do micro na análise sociológica. Para os autores, os microfundamentos são importantes, mas não suficientes, para a ciência social, que exige mais do que sua elaboração. Ou seja, a sociologia deve ser metodologicamente antirreducionista quando as propriedades e relações que investiga são supervenientes.

Socorrendo-nos de Lévi-Strauss (1964) e de seus seminiais estudos sobre o cru e o cozido: quando se passa do modo de produção da coleta de frutos para a caça do caítiu e para a cocção alimentar, não se está mudando, transformando a superestrutura das fases culturais? Atualmente, as formas de produção se modificaram, tornando-se bem mais complexas. Portanto, já não seria mais possível uma dialética material unicamente baseada na oposição de classes proletárias ao

patronato em sociedades industriais (que já nem são, aliás, tão industriais assim). Ou seja, se há um reducionismo na visão positivista, como discutido mais atrás, também há outro tipo de reducionismo na visão marxista.

3. CONSIDERAÇÕES NADA CONCLUSIVAS

Podemos estabelecer uma relação da polarização micro *versus* macro com a polarização entre vários outros duos de campos, numa associação obviamente bastante livre. Assim, a polarização entre o micro *versus* o macro corresponderia à polarização entre: subjetivismo *versus* objetivismo; irracionalismo *versus* racionalismo; ação *versus* estrutura; contexto condicionante (individualismo metodológico) *versus* contexto determinante (coletivismo metodológico).

Tentar associar esses dois grandes campos é forçar a barra, mas há uma homologia em cada uma dessas dimensões. A discussão do micro e do macro já começa meio torta, porque a interação entre indivíduos (co-presença, relação face a face) é o começo de toda a explicação do micro, o ponto zero da explicação; a partir daí explica-se o todo. Não se quer dizer que se deva ficar necessariamente no micro. A interação, ponto-chave, estrutura o elemento “subjetivo” do indivíduo social, mas também o elemento “objetivo”, “quadro” das relações interindividuais. O que acontece é que o “subjetivo” começa a explicar na esfera micro, o que não quer dizer que vá ficar aí necessariamente – e muitas vezes não fica. O que caracteriza o termo micro não tem nada a ver com micro em si, é uma postura explicativa para explicar até mesmo o todo.

Retomando-se o exemplo da temática da carreira, tradicionalmente de GP – Gestão de Pessoas –, que pode ser vista como pertencente ao campo do micro, pode-se começar a explicação a partir da busca pela própria empregabilidade praticada pelo indivíduo, discutindo-se sua volição, para, posteriormente, discutir os achados de pesquisa a partir do contexto condicionante. Ou seja, trata-se de questionar até que ponto a ação, a volição do indivíduo (micro, aqui também campo fértil para trabalhar o subjetivismo), foi importante, até que ponto as poucas ou muitas chances de conquistar um bom posto de trabalho (macro, características do perfil do mercado de

trabalho de determinada região geográfica) foram importantes, e qual o grau de importância do micro e/ou do macro no estudo da manifestação do fenômeno estudado?

Retomando-se também o outro exemplo discutido ainda na introdução deste artigo, utilizando-se a teoria das Relações de Trabalho (RT), uma vertente (dunlopiana) trabalha com a ideia do macro, do contexto determinante, da superestrutura econômica, enquanto outra corrente (KOCHAN; KATZ; MCKERSIE, 1986) trabalha a partir do contexto condicionante, partindo do interior do sistema, da parte “micro” deste grande sistema de RT, da volição dos atores sociais. Não é à toa que Dunlop (1993), institucionalista, fiel à sua origem weberiana, defende em seu modelo de sistema de RT o primado das grandes estruturas institucionais, frutos dos contextos determinantes.

Como vimos, o micro ficou carregado de juízo de valor, o que entorta a discussão. Na polêmica, o que se vai privilegiar, a ação ou a estrutura? O que está por trás dessa polêmica, como orientação de valor, são interesses cognitivos associados a essas posições, que informam a discussão sobre ação e estrutura. Por trás da visão que privilegia a ação na análise está a posição liberal (liberdade do indivíduo para agir segundo sua volição). Já por trás da visão que privilegia a estrutura está a posição de esquerda (pregando a igualdade e a impossibilidade da liberdade de ação e os fortes limites impostos à volição individual diante dos formidáveis constrangimentos do contexto macro, determinante da exploração capitalista).

O importante é saber em que medida está baseada a opção de análise. Se na ação, na volição (autônoma, não-determinada, durkheimiana), ou se na estrutura, na volição inexistente (determinada por constrangimentos externos, na visão weberiana). Marx pode até ficar no meio, dependendo do leitor do marxismo, ou então para lá de Weber, creditando tudo a uma supertotalidade, digamos assim, a superestrutura capitalista que a todos explora e torna infelizes, contra a qual não há solução que não seja a oposição radical.

Então, o importante é saber em que medida se funda a explicação: se na indeterminação ou no caráter exteriormente obrigatório que determina

as escolhas individuais. Nós estamos em uma época que monta essa polarização com vistas à síntese. Hoje se quer reconhecer explicitamente que a volição, tanto determinada quanto inexistente, do ponto de vista absoluto não é possível.

Hoje se tenta ultrapassar um período de denúncia de cada posição contra a outra, embora ainda haja muita denúncia e mesmo a negação do direito de expressão e de existência de uma à outra. Nos anos 1950 e 1960, Parsons (Talcott, ele mesmo) travava embate, sustentado num Durkheim modernizado, mesmo usando Weber, com subjetivistas como Schutz, que se sustentavam na etnometodologia e no interacionismo simbólico. Atualmente, o panorama das Ciências Sociais é de síntese; os autores não são mais necessariamente vistos como estando em um dos dois cantos do ringue.

São exemplos disso, hoje, Bourdieu e Giddens. Bourdieu, pós-estruturalista, de raiz durkheimiana, fala de síntese: o *habitus* leva os grupos sociais a reproduzirem estruturas às quais incorporam sua vida; as ações sociais são determinadas (macro), mas não impedem a volição (micro). Já Giddens introduz em sua teoria da estruturação a hermenêutica weberiana, e valoriza tanto a ação do indivíduo (micro) quanto a ação coletiva (macro). Talvez essa síntese seja algo impraticável. Talvez o que haja de novo seja o modo de polarizar o de sempre. A procura de Habermas nesse sentido, no entanto, secundado por grande parte da Escola de Frankfurt, vale como tentativa de alcançar um equilíbrio mais do que necessário. Afinal, como salientado no início desta provocação à discussão, em nossos campos de estudo de RT e de RH, ignorar seja o todo ou a parte, seja a (super-) estrutura ou o indivíduo, na análise de fenômenos complexos como são os das Ciências Sociais, é um equívoco. Ou, no mínimo, uma visão limitada de antemão.

Como muitas vezes não temos fôlego para dar conta destes dois grandes campos, do micro e do macro, desses dois olhares, e até mesmo para ficarmos no meio deles, em busca de uma síntese frankfurtiana à la Habermas, as contribuições de ambos os grandes campos podem ter relevância para ambos os lados, se houver alguma possibilidade de conversa epistemológica, de

maneira desarmada e com um mínimo de preconceitos. Para isso, são essenciais as redes de pesquisa que funcionem realmente como redes de pesquisa, praticando uma saudável complementaridade.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor W. *La disputa del positivismo en la sociología alemana (Sobre la logica de las ciencias sociales)*. Barcelona: Grijalbo, 1973.

CHABROL, C. Que peut-on demander à l'analyse du discours? *Revista Connexions*, Paris: Editeur ÉPI, n. 12, 1974.

COX, Robert W. Social Forces, States and World Orders: beyond international relations theory. In: KEOHANE, Robert (Ed.). *Neorealism and its critics*. New York: Columbia University Press, 1986.

DUNLOP, John. *Industrial Relations Systems*. Boston: Harvard Business School Press, 1993. Revised Edition.

ELSTER, Jon. *Marx Hoje*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. cap. 2.

GAULEJAC, Vincent. *Gestão como doença social*. São Paulo: Idéias e Letras, 2007.

GILPIN, R. *The Political Economy of International Relations*. New Jersey: Princeton University Press, 1987.

HALL, Douglas. Protean careers of the 21st century. *Academy of Management Executive*, v. 10, n. 4, p. 8-16, Nov. 1996.

HEGEL, G. W. F. *Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Compêndio*. São Paulo: Loyola, 1995. v. 1, p. 159-169.

HOBSBAWN, E. *Era dos Extremos*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1995.

KOCHAN, Thomas; KATZ, Harry C.; MCKERSIE, Robert B. *The Transformation of American Industrial Relations*. New York: Basic Books, 1986.

KÜNG, Hans. *Existiert Gott?* Colônia: DTV-Deutscher Taschenbüch Verlag, 1987.

LEVINE, Andrew; SOBER, Elliot; WRIGHT, Erik O. Marxismo e Individualismo Metodológico. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ANPOCS, v. 4, n. 11, 1989.

LÉVI-STRAUSS, C. Le Cru et le Cui. In: _____. *Mythologiques*. Paris: Plon, 1964.

MARX, Karl. Para a Crítica da Economia Política. In: GIANNOTTI, J. A. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril, 1978. p. 103-116.

PIAGET, Jean. *O Estruturalismo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

POPPER, Karl R. La lógica de las ciencias sociales. In: ADORNO, T. W. *et al. La disputa del positivismo en la sociología alemana*. Barcelona: Grijalbo, 1973.

VILELA, J. R.; CARVALHO NETO, A.; LOPES, H. E. G. Dirigentes de Empresas Privadas e de Cooperativas: Quem é mais Autoritário? Uma visão do Poder nas Organizações Baseada na Escala “F” de Adorno. ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 5., 2008. Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: ANPAD, 2008.